

ILARIA

MULHERES QUE AMAMOS

© 2022-26 OCTÁVIO VIANA | SILENT PEN ®
ILARIA – MULHERES QUE AMAMOS

Publicado nos EUA e UE
Primeira impressão 2022 (1.^a edição)
Referência Interna SP2022.38 | 18.11.2022 | 09:41
silentpenltd@gmail.com

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou outros métodos eletrônicos ou mecânicos, sem a permissão prévia por escrito do editor, exceto no caso de breves citações incorporadas em análises críticas e alguns outros usos não comerciais permitidos pela lei.



Às mulheres que nos amaram sem que o merecêssemos, que confundiram durante demasiado tempo a nossa fraqueza com sofrimento e o nosso egoísmo com medo, até ao dia em que compreenderam que há homens que só aprendem o valor do amor quando já perderam a mulher que, contra toda a razão e para sua própria desgraça, ainda acreditava que eles poderiam vir a merecê-lo.

Prólogo

Risquei a palavra esperou e fiquei a olhar para o espaço branco que ela deixou na frase, pequena amputação que não alterava a página, pelo menos aos olhos de quem desconhecesse o que ali estivera, mas tornava impossível continuar a lê-la da mesma maneira, porque uma mulher que espera pertence ainda ao homem que há-de chegar, enquanto uma mulher que vive na ausência dele já começou a escapar-lhe, diferença que eu compreendia perfeitamente na gramática e que, durante demasiado tempo, me conviera ignorar na vida.

Voltei a escrever a palavra.

Risquei-a de novo.

Os escritores chamam revisão a este género de indecisões, embora muitas vezes estejamos apenas a negociar com os factos, retirando uma palavra que nos acusa, escolhendo outra que distribui a responsabilidade, aproximando dois acontecimentos separados por meses ou afastando duas frases pronunciadas na mesma noite, porque a verdade, quando chega à página, já passou pelo homem que a conta e nenhum homem atravessa uma história sem deixar impressões digitais.

Durante anos considerei que bastava ser sincero sobre os limites do que sentia. Dizia a verdade disponível naquele momento, colocava as reservas numa conversa anterior, evitava promessas formais e recebia depois aquilo que a outra pessoa decidia continuar a dar-me, como se a ausência de fraude expressa eliminasse o benefício económico, emocional ou moral de uma assimetria que eu compreendia melhor do que fingia.

A formulação parece rigorosa.

Talvez seja esse o problema.

Os homens habituados a contratos aprendem cedo que a exactidão das palavras pode servir para revelar uma obrigação ou para a manter cuidadosamente fora do documento e eu conhecia todas as diferenças úteis, a diferença entre propriedade e utilização, entre titularidade e poder, entre consentimento e resignação, entre uma promessa e a expectativa que alguém deixa crescer porque lhe convém não a desmentir.

Conhecia-as nos negócios.

Aplicava-as aos outros.

Talvez seja esta a frase em que o leitor começará a desconfiar da minha confissão.

Fará bem.

Um narrador que se acusa antes da acusação chegar pode estar a praticar honestidade ou apenas a ocupar o lugar do juiz para impedir que outro se sente nele. A autocritica também é uma forma de controlo, sobretudo quando selecciona cuidadosamente as faltas menores, admite a vaidade para evitar que se procure a crueldade, confessa que chegou tarde para que ninguém pergunte por que razão partiu cedo e reconhece uma omissão apenas depois de ela ter produzido o resultado que pretendia.

Este livro não provará que fui um homem mau.

Também não demonstrará o contrário.

Os livros têm o vício chato de colocarem uma palavra no título e comportarem-se depois como se a palavra tivesse ficado demonstrada. Amor, justiça, família, verdade e mulheres, qualquer uma delas parece adquirir autoridade por ter sido impressa em letras maiores, embora o tamanho tipográfico nunca tenha resolvido uma contradição humana nem transformado em justo aquilo que apenas foi contado com eloquência.

Amar uma mulher pode significar desejá-la, regressar a ela, confiar-lhe segredos, procurar o seu corpo quando o mundo nos humilhou, pedir-lhe ajuda quando a nossa competência deixou de bastar, aceitar a casa, o tempo, o trabalho e o cuidado que ela decidiu oferecer ou contar-lhe a verdade desde que essa verdade não altere aquilo que esperamos continuar a receber.

Cada uma destas coisas pode ser amor.

O conjunto pode continuar a ser injusto.

Pode ainda acontecer que nenhuma delas seja falsa, o desejo verdadeiro, a confiança verdadeira, a necessidade verdadeira, até a gratidão verdadeira e que a soma de tantas verdades produza uma conclusão moralmente fraudulenta, fenómeno que deveria surpreender menos um homem habituado a contas, porque números correctos podem ser colocados na coluna errada e continuar a conferir no fim.

A memória tentará ajudar-me.

Retirárá hesitações, aproximará acontecimentos, atribuirá coerência às viagens e colocará pressentimentos em cenas onde, na altura, existia apenas cansaço. Fará aquilo que os governos fazem quando precisam de justificar uma decisão já tomada, organizará os factos pela ordem que melhor sustenta a conclusão, colocará primeiro a informação que me favorece, atrasará a reserva que modifica o sentido e deixará o leitor terminar sozinho o raciocínio que eu preparei para ele.

Aceite-se, portanto, a possibilidade de eu dizer a verdade pela ordem que mais me protege.

Aceite-se também que outras pessoas poderiam contar a mesma história sem reconhecerem a minha.

Haverá páginas em que saberei mais do que sabia naquele momento, páginas em que fingirei ter compreendido tarde aquilo que já suspeitava cedo e páginas em que a minha ignorância será verdadeira, circunstância que nunca impediu ninguém de beneficiar de uma injustiça nem de causar dano enquanto se considerava inocente.

Algumas palavras serão minhas.

Outras terão sido corrigidas.

Certas frases sobreviverão apenas porque ninguém se deu ao trabalho de as discutir e outras permanecerão apesar de falsas, talvez porque uma frase falsa pode revelar melhor um homem do que a descrição rigorosa dos acontecimentos.

O leitor poderá considerar estas palavras uma advertência.

Serão antes uma tentativa de estabelecer condições, porque os narradores gostam de estabelecer condições e chamar-lhes sinceridade, como se um acordo redigido por uma só parte pudesse obrigar quem chega depois, abre o livro e encontra os factos já ordenados.

O leitor não aceitou condição alguma.

Abriu a primeira página.

Foi tudo.

Quanto à palavra que risquei, acabei por deixá-la de fora.

A mulher não esperou.

Fui eu que precisei de acreditar que sim.

1

O barco que era meu

Lago di Como, zona de Cernóbio

O *gozzo* já avançava quando corrigi ligeiramente o rumo, sentado ao leme, para não receber de través a ondulação deixada por uma embarcação maior e foi nessa inclinação breve, com o motor interior a vibrar sob os meus pés, a madeira envernizada debaixo da mão e dois sacos de compras a deslizarem pelo convés claro, que o frasco de *pesto* bateu uma vez contra uma garrafa de água e eu reduzi a velocidade antes de entrar na zona mais próxima da margem.

Prendi um dos sacos com o pé esquerdo. A embalagem de *pasta* fresca inclinou-se sobre a caixa de ovos e voltou ao lugar quando a proa arredondada passou a primeira onda, enquanto o casco largo subia e descia sem lutar com a água, resignação que eu admirava nos barcos de madeira e que me parecia menos admirável nos homens que nunca tinham pago uma reparação naval.

Vinha do Como com pão, tomates, ovos, curgetes, beringelas, pêssegos, água, queijo e peixe já limpo, além da *pasta* fresca comprada no Pastificio Gilio, na Via Borgovico e de um *pesto* que me fora garantido como suficiente para duas refeições, afirmação optimista quando dirigida a um homem que considera as quantidades indicadas nas embalagens uma intrusão na vida privada. Parte das compras vinha de um supermercado, facto que talvez desiludisse quem preferisse imaginar o Lago di Como como uma sucessão de hotéis, champanhe e pessoas sem sacos de plástico a esmagarem-lhes os tomates.

Quando estava naquela casa, deslocava-me por água ou de bicicleta sempre que o tempo e a distância o permitiam. O automóvel permanecia na garagem, ocupava espaço e acumulava pó, conservando o privilégio de me custar dinheiro sem prestar serviço, forma de propriedade mais comum do que os proprietários gostam de admitir. A minha vida permanecia no Porto, mas a casa próxima de Cernóbio era o lugar para onde fugia quando precisava de trabalhar sem ser encontrado ou de não trabalhar sem ser acusado, duas actividades que, vistas de fora, exigem condições bastante semelhantes.

O *gozzo* tinha o casco azul-escuro, a borda baixa, defensas azul-marinho presas de lado e acabamentos de madeira que o uso quotidiano tratava de corrigir. Sobre a parte pontada, as almofadas de sol, também azul-marinho, sustentavam um saco de fruta e um rolo de papel de cozinha. A teca clareava sob a luz, o leme era de madeira e o motor diesel vibrava escondido, sem o ruído cortante de um fora de borda. O barco fora concebido para homens que sabiam pescar. Eu usava-o para comprar *pasta* fresca, nadar e fugir de reuniões, o que dizia menos sobre a decadência da tradição marítima do que sobre as minhas prioridades. Não havia canas, redes, anzóis ou isco, apenas uma escada de banho, um *cagnaro* dobrado, cabos, coletes e a memória onerosa dos trabalhos feitos no casco e no motor.

Comprara-o em Camogli por oito mil euros, preço suficientemente baixo para parecer um achado e suficientemente alto para eu me sentir ofendido quando a manutenção extraordinária, o reforço das estruturas interiores e a nova pintura da obra morta consumiram uma fracção indecente do valor pago. Não fizera nenhum desses trabalhos. Sei conduzir um barco de madeira com cuidado, prender cabos e ouvir uma vibração que não estava lá no dia anterior, competência que me permite telefonar a quem sabe reparar, não fingir que um motor Mitsubishi ou uma tábua de mogno me revelam os seus segredos por respeito à minha inteligência.

Convém avisar o leitor, antes de chegarmos a Cernóbio, de que algumas coisas ficarão fora deste livro. Chamo-lhe ficção, palavra útil enquanto nenhum advogado, procurador ou credor particularmente imaginativo decidir comparar sociedades, facturas de manutenção e fotografias de margens. O leitor receberá a verdade necessária para compreender a história; coordenadas, titulares e duas ou três relações patrimoniais permanecerão onde estavam, fora do alcance da literatura e, espero, de algumas providências cautelares. Alterarei nomes, distâncias e titularidades quando for preciso, não porque a classificação como romance impeça comparações com a realidade, mas porque a realidade possui profissionais que cobram à hora e uma memória mais longa do que a nossa.

O *gozzo* era meu na aceção sentimental, económica e náutica da palavra. As restantes aceções pertenciam a pessoas pagas para impedir que a realidade se tornasse demasiado simples.

Passei Villa Olmo, já para trás no regresso e mantive Cernóbio adiante, sem pressa. A água batia no casco, as ondas regressavam das margens em direcções menos previsíveis e eu mantinha a atenção que um barco de madeira merece, atenção que os barcos modernos de aluguer parecem dispensar, talvez porque ninguém se apaixona por aquilo que devolve no fim do

dia. Senti a vibração antes de o telefone vibrar dentro da pequena bolsa protegida da água.

O aparelho estava sem som, mas reconheci a insistência. Há pessoas que telefonam uma vez e aguardam; o Steven telefonava como quem já decidira que eu estava disponível e entendia a repetição como correcção do meu atraso. Vi o número e atendi.

— Estás no lago?

— Estou num barco.

— Não foi isso que perguntei.

— Estou no lago.

Ouviu o motor.

— Reduz a velocidade.

Baixei a rotação.

— Reduzi.

— Quanto falta para chegares a casa?

Dei-lhe uma estimativa. O Steven conhecia a existência da casa e algumas das minhas ausências; não precisava de saber a posição exacta para fazer a pergunta, bastavam-lhe conversas anteriores e o hábito de não desperdiçar palavras com aquilo que já considerava estabelecido.

— O Giorgio deixou uma pasta entre a correspondência — disse.

Olhei para a margem, gesto inútil, porque a casa não podia ser distinguida dali, escondida atrás de vegetação, muros e outras propriedades. Ainda assim procurei-a, talvez porque uma pasta recebida dentro de uma casa muda logo a natureza do lugar onde foi recebida.

— Como sabes?

— Porque fui eu que pedi que a deixassem lá.

— E desde quando o Giorgio recebe instruções tuas?

— Desde que lhe pedi uma coisa que ele podia fazer sem te prejudicar.

— Estou a perceber.

— Chega a casa. Não abras a pasta com mais ninguém presente. Usa o telefone que está lá dentro. Lê primeiro a folha solta. Não procures nenhum dos nomes antes de me ligares.

— Estou a ser contratado?

— Primeiro faz o que te digo.

— Senão precisasses de mim não me ligavas. Quanto pagam?

— Telefona quando leres.

A chamada terminou. Guardei o aparelho, corrigi o rumo e senti o saco mover-se sob o pé, como se os tomates tivessem uma opinião sobre a forma como o Steven acabara de transformar a minha tarde. O leitor talvez imagine que fiquei preocupado, palavra generosa, porque atribui sentido

profissional ao que foi durante alguns instantes apenas irritação por alguém ter entrado na casa sem entrar nela, deixando uma instrução onde eu costumava deixar chaves, livros e roupa por dobrar.

Continuei pela margem ocidental, mais devagar. A proa abriu pouca água; surgiam acessos, muros, vegetação, telhados e pontos de amarração, alguns pertencentes claramente a uma propriedade, outros com a ambiguidade dos lugares onde o uso de muitos anos parece mais convincente do que qualquer placa. O acesso que eu utilizava servia várias casas. Não darei indicações mais úteis, não por charme, que seria uma justificação insuportável, mas porque há diferenças entre descrever uma vida e fornecer um itinerário.

Reduzi, preparei os cabos e imobilizei o *gozzo*. Prendi primeiro a popa, depois a proa, confirmei a tensão e retirei os produtos refrigerados. Sair daquele barco com sacos exigia equilíbrio e hábito, não coragem.

Os degraus subiam gastos, irregulares no centro, com marcas de água e passos que eu recusara mandar corrigir por completo, decisão que o Giorgio considerava sentimentalismo caro e eu defendia como respeito por uma casa que não precisava de parecer acabada para ser utilizada.

À porta, levantei ligeiramente a maçaneta, rodei a chave enquanto mantinha a pressão e senti o mecanismo ceder. Era preciso conhecer o jeito. O Giorgio queria trocar a fechadura; eu preferia dominar-lhe o defeito, preferência que então me parecia respeito pela casa e não a conservação deliberada de uma dificuldade só porque aprendera a vencê-la.

Ouvi uma ferramenta cair na cozinha.

— Giorgio?

— Aqui.

Encontrei-o ajoelhado diante da parede aberta, entre uma caixa de ferramentas, dois panos, um balde e uma peça metálica que não correspondia ao espaço onde devia ser instalada. A cozinha fora intervencionada pouco antes, mas a canalização continuava exposta e o pó reaparecia sobre superfícies limpas na véspera, como se o trabalho incompleto possuísse uma vida própria.

— A janela? — perguntei.

O Giorgio olhou para mim e depois para a parede.

— Tratei primeiro do cano que podia inundar a cozinha.

— A janela prende há semanas.

— A janela não deita água para dentro da parede.

— Só não abre.

— É uma janela prudente.

Pousei os sacos no balcão. O Giorgio levantou-se, limpou as mãos e tirou o *pesto* de junto do pão.

— Isto vai para o frigorífico antes de os dois nos esquecermos.

— Eu não me ia esquecer.

— Então já somos um.

Guardou o frasco e deixou-me tratar da restante comida. A correspondência ocupava um canto da mesa, ao lado de uma pasta sem logótipo, escura, que não estava ali quando eu saíra. Na sala, o Lago di Como aparecia entre folhas, ramos, telhas e uma faixa de muro. Nunca tive uma vista perfeita e isso agradava-me, não por modéstia, virtude que os meus amigos nunca cometeram o erro de me atribuir, mas porque uma paisagem sem obstáculos começa depressa a mostrar demais.

— A correspondência chegou toda hoje?

— Parte ontem. A pasta hoje de manhã.

— Quem a trouxe?

— Um mensageiro.

— Assinaste?

— Assinei a recepção. Um rabisco.

Peguei nos envelopes. Havia uma factura relativa aos trabalhos da casa, documentação do seguro do *gozzo*, uma carta dirigida a uma sociedade ao cuidado daquela morada e a pasta deixada a pedido do Steven. A factura não estava em meu nome. Não me surpreendeu, embora a soma me dissesse respeito com a franqueza que os documentos reservam a quem paga.

— Dentro de poucos dias abre o concurso da Autorità di Bacino para os lugares que começam em Janeiro. Cernóbio está incluído.

— Fico contente por Cernóbio.

— Um lugar daqueles fica por cerca de quarenta euros por mês.

— E?

— O seu deve estar mais de cem euros.

— Então já fizeste as contas.

— Fiz. Só não percebi por que razão prefere pagar o dobro.

— Porque onde está basta pagar.

— Nos outros também.

— Nos outros é preciso a burocracia dos nomes.

O Giorgio ficou a olhar para mim durante um instante, como se suspeitasse de uma resposta que não lhe interessava o bastante para a pedir, depois dobrou o pano e voltou a ajoelhar-se.

Eu não lhe expliquei mais, porque qualquer explicação seria falsa e uma resposta longa estragaria a tarde sem dar ao Giorgio o nome correcto para a factura. O *gozzo* era meu, assim como a casa era minha de modo

suficientemente convincente para eu pagar a amarragem no cais e as obras da cozinha e suficientemente discutível para outra pessoa decidir como a despesa devia aparecer, diferença pequena quando se vive nela e menos pequena quando se tenta explicá-la.

Levei a pasta para a sala. Dentro encontrei um telefone simples, uma folha solta, um envelope fechado e uma nota manuscrita do Steven, cuja letra se inclinava apenas o necessário para transmitir pressa sem sacrificar legibilidade.

“Lê a folha. Diz-me o que falta. Não abras o envelope.”

No alto da página lia-se “*INFORMATION SUMMARY — RECEIVABLES PORTFOLIO*.” Seguia-se uma apresentação de créditos comerciais, devedores entre entidades públicas italianas, cessões, montantes agregados, datas de vencimento, garantias e referências a diligência documental. Era uma folha tão banal que pensei, durante alguns segundos, que o Steven me enviara a página errada, possibilidade que abandonei por conhecê-lo e por saber que, se tivesse cometido o engano, encontraria maneira de me responsabilizar por não o ter detectado.

Verifiquei as somas visíveis, comparei percentagens, procurei datas incompatíveis, repeti nomes para detectar entidades duplicadas e li as reservas com a atenção de quem procura uma palavra escrita para proteger alguém mais tarde. Não havia valores impossíveis, assinaturas em falta ou linguagem que denunciasses imediatamente uma tradução descuidada. Os devedores tinham a solidez abstracta que uma entidade pública conserva no papel mesmo quando paga tarde e as reservas pareciam suficientes para sobreviver a uma leitura normal.

A página fazia aquilo que se esperava dela, talvez bem demais, mas essa suspeita ainda era apenas o meu incômodo a pedir uma história, exactamente o vício que o Steven antecipara. Virei-a, reli o rodapé e comparei as palavras usadas para os créditos com as usadas para as empresas. O envelope manteve-se fechado junto da minha mão.

O telefone tocou antes de eu decidir utilizá-lo.

— O que falta? — perguntou o Steven.

— O resto do documento.

— Isso é uma resposta de quem não percebeu nada.

— Enviaste apenas uma página.

— Enviei a página de que precisavas.

A folha descrevia o que era devido, quem devia, quanto valia, quando vencera, que documentos sustentavam a cobrança e por que sequência formal os créditos tinham sido cedidos. Os originadores surgiam como nomes

em linhas; nada dizia quem tomava decisões, quem financiara a espera ou quem se conhecia antes de os papéis começarem a circular.

— As pessoas — respondi.

— As empresas têm nomes. As pessoas têm relações.

Na cozinha, o Giorgio bateu duas vezes numa peça e abriu uma torneira por um instante. A água correu, parou, correu de novo.

— Que cliente?

— Um cliente com exposição ao instrumento.

— Quanto?

— Ainda não precisas de saber.

— Comprou a carteira?

— Lê o que tens. A pergunta, por agora, é se a diligência confirmou os documentos ou se confirmou também a história económica dos originadores.

— Não consigo responder com uma folha.

— Já respondeste. Disseste que faltavam as pessoas.

O Steven não falou em crime, dinheiro ilícito, organizações, conluio ou risco penal. Também não me deu o nome do investidor, o valor ou a razão da urgência. Tinha apenas uma instrução e um envelope que pesava pouco mais do que o papel suficiente para contrariar a ideia que eu fazia de uma tarde só minha.

— Abro isto quando?

— Amanhã, durante uma videochamada.

— Por que não agora?

— Porque quero ver a tua cara antes de ouvires a tua explicação.

— Presumes que vou explicar antes de pensar.

— Presumo que pensas através das explicações.

A chamada terminou. Fiquei com o aparelho na mão, a página diante de mim e o envelope por abrir; o Steven conseguia fazer da falta de informação uma tarefa e da obediência um exame, arte irritante que eu lhe reconhecia sem precisar de admirar.

Pus uma panela com água ao lume, cortei tomates, abri o *pesto* e retirei a *pasta* fresca do frigorífico antes de perceber que não tinha fome suficiente para cozinhar tudo. Na sala existiam créditos, cessões, garantias e um investidor sem nome; na bancada havia comida que alguém produzira, vendera e eu transportara, matéria tão concreta que podia estragar-se enquanto uma dívida continuava impecável numa folha.

O Giorgio apareceu à porta com o balde vazio.

— Amanhã volto para acabar isto.

— A canalização ou a janela?

— A canalização. Depois vejo a janela.

Olhou para a pasta e não perguntou. O Giorgio conhecia o bastante da minha vida para saber que certas perguntas obrigam quem as faz a guardar respostas de que não precisa e essa forma de confiança, feita menos de acesso do que de limites, era uma das razões por que eu o deixava escolher o cano antes da janela.

— Vens de manhã?

— Se conseguir comprar a peça certa. Não sei se têm.

— E se não tiverem?

— Tenho de encomendar, deve demorar um dia, vem de Milão. Mas venho arranhar a janela.

Saiu. Desliguei o fogão antes de a água ferver, limpei a faca e levei a folha novamente para a sala. No rodapé estava a frase que eu já lera sem lhe dar peso: “*Underlying receivables originated through multiple regional counterparties.*” Os créditos tinham origem em múltiplas contrapartes regionais, formulação banal, útil para reunir o que começara separado e suficientemente larga para que uma carteira parecesse diversificada sem obrigar ninguém a perguntar se a separação geográfica correspondia a independência económica.

O leitor talvez espere encontrar já aqui uma organização criminosa, um nome conhecido ou pelo menos uma conta numa ilha suficientemente pequena para parecer uma conspiração. Terá de esperar. Naquela tarde eu tinha apenas uma folha aborrecida, uma casa que era minha sem o ser de forma simples e um barco singelo de madeira que, segundo a documentação, pertencia à parte da minha vida que eu prometera não explicar.

Aproximei a página da janela. Entre os ramos e o telhado da casa vizinha via-se uma faixa do lago, luz quebrada pela folhagem e pelo vidro. Inclinei o papel para fugir ao reflexo e reparei em marcas de pressão, sulcos deixados por algo escrito na página que estivera por cima. Mudei o ângulo; surgiram fragmentos de letras, desapareceram, voltaram quando encostei a folha à claridade. Não consegui ler a frase, mas distingui duas palavras: “*SOUTHERN COUNSEL.*”

2

A dívida sem rosto

Lago di Como, zona de Cernóbio

O sobrescrito continuava fechado sobre a mesa e eu estava no chão da sala, apoiado nos antebraços e nas pontas dos pés, a ver o temporizador aproximar-se dos quatro minutos, enquanto os músculos tremiam com a discrição inútil de quem deseja esconder de si próprio um esforço que escolheu fazer. Olhei duas vezes para o mostrador e muitas mais para o sobrescrito, embora me tivesse prometido o contrário; quando o alarme tocou, baixei primeiro um joelho e depois o outro, sentei-me nos calcanhares e recuperei a respiração sem pressa. O leitor poderá considerar excessivo passar quatro minutos a olhar para aquilo que eu estava proibido de abrir. Tem razão. A disciplina física é, por vezes, ansiedade a que se deu uma tarefa.

O sobrescrito passara a noite no mesmo sítio. Acordara cedo, empurrara o caixilho da sala com o movimento oblíquo que ele exigia e deixara entrar o ar húmido do lago até a ferragem prender a meio. O Giorgio já me explicara que a armação dilatava e que o fecho precisava de ser intervençionado, explicação que não resolvera o problema nem me tornara mais apto a resolvê-lo, por isso ficara com uma abertura estreita, funcional, quanto a casa consentia sem discussão. Via água entre a folhagem, um pedaço de céu, as telhas da habitação vizinha e uma embarcação que aparecia entre as árvores para desaparecer logo depois. A cortina moveu-se e mostrou a ponta escura de um estojo comprido encostado a um canto, apenas o bastante para recordar que ainda havia naquela sala uma coisa que eu não sabia tocar.

Tomei banho, vesti uma camisa, fiz café e voltei à mesa. O sobrescrito continuava onde o Steven mandara deixá-lo, sinal de obediência sem testemunhas, espécie pouco gloriosa de virtude, pois obedecer sem fiscalização tanto pode revelar carácter como dependência e eu, que sempre preferi a primeira leitura quando falava de mim, começava a suspeitar da segunda.

O Giorgio entrou com uma peça de tubagem numa mão e uma nota provisória na outra, viu o tapete ainda aberto no chão ou talvez tenha visto apenas um tapete, distinção que agradei e pousou a peça junto das ferramentas.

- Fica pronto hoje? — perguntei.
- Se o que está à vista for tudo.
- Nunca é.
- Por isso trouxe a nota provisória.

Estendeu-me a nota. O total ultrapassava o orçamento por causa de dois acessórios e de uma deslocação omitida na primeira estimativa, assunto que eu teria discutido por hábito, talvez mesmo por prazer, caso o Giorgio não tivesse já aberto no móvel uma mensagem mais incómoda.

- Em que nome ponho isto?
- Que interessa isso agora? Logo transfiro-te o dinheiro.
- Não é o dinheiro... A loja precisa de saber a quem passa a factura. Repeti a designação usada na despesa anterior.

A casa pertencia-me nas infiltrações e passava para outra entidade quando aparecia uma conta, graça habitual do património bem aconselhado, capaz de separar benefício, título e uso até cada elemento parecer ter morada própria, distinção lícita e declarada que valia pouco diante de um homem com uma peça por comprar.

- Trato disso hoje.

Abriu a caixa das ferramentas e foi para a copa. A conversa terminara, como terminam as conversas úteis, eu com a factura, o Giorgio com a tubagem. Levei o café para a sala, sentei-me perante o sobrescrito e esperei pelo segundo equipamento do Steven.

A chamada começou à hora marcada. O Steven apareceu numa divisão clara, com parte de um quadro atrás e uma mesa à frente, cenário onde nada pedia para ser admirado. Vestia uma camisa lisa, sem gravata e consultou o ecrã e só depois me olhou.

- Continua por abrir?
- Levantei o invólucro para a câmara.
- Como saberias se eu o tivesse aberto?
- Eu não saberia. Tu saberias.

Baixei a mão. A Gi apresentara-nos anos atrás e, desde então, o Steven tratava a confiança como uma ferramenta sujeita a desgaste, razão pela qual a testava sem anunciar o teste, procedimento irritante, porém eficaz, sobretudo contra homens que gostam de se considerar fiáveis sem terem sido contrariados.

- Abre.

Passei o dedo pela aba e tirei um diagrama, um memorando, uma lista parcial de contrapartes, uma cronologia de repasses e a cópia de um parecer onde faixas negras escondiam o autor, o escritório e uma parcela dos contactos. Alinhei os impressos sobre a mesa. O Steven esperou.

O diagrama tinha cinco caixas ligadas por setas: fornecedores, cedentes regionais, um agregador, uma sociedade-veículo e investidores; sob os fornecedores apareciam administrações italianas, incluindo organismos de saúde, como devedores. O desenho tornava a operação limpa, o que é uma das utilidades dos desenhos, afastar por momentos tudo o que aconteceu dentro das setas.

— Explica isso sem falares em fraude, lavagem, máfia, corrupção ou crime.

Expliquei que firmas tinham fornecido bens ou serviços a entidades públicas, aguardado pelo pagamento e vendido os direitos com desconto; o agregador reunira-os, o veículo comprara o conjunto e os investidores receberiam das cobranças. O Steven perguntou quem suportava o risco e eu indiquei o essencial: o fornecedor perdia parte do valor para receber cedo, o agregador escolhia e atribuía preço, o veículo dependia da validade dos repasses e da cobrança, quem investira dependia também do que lhe tinham contado.

— O Estado?

— Continua a dever.

O Steven ampliou um quadro. Os organismos demoravam a pagar, as sociedades tinham salários, mercadoria e impostos para liquidar no fim do mês e o intermediário comprava essa demora com desconto, usando capital até receber o nominal do crédito e os montantes acrescidos pelo atraso. O resto, quem lê, pertence à espécie de explicação que torna um livro semelhante a uma reunião e já bastam as reuniões verdadeiras.

— O Estado atrasa, a empresa precisa, há quem compre a demora — disse o Steven.

— O investidor compra o rendimento.

— Foi o que lhe venderam.

Os direitos existiam. Havia fornecimentos, notificações, confirmações e prestações reconhecidas pelas administrações, embora se discutissem juros e parcelas acessórias. A hipótese cómoda de milhares de linhas inventadas desaparecia e isso piorava o assunto, pois uma obrigação verdadeira pode atravessar muitas mãos para chegar limpa, limpinha, ao último comprador e conservar pelo caminho uma origem que ele teria recusado conhecer.

— Encontrei títulos falsos? — perguntei.

— Até agora, não encontrei um.

A *due diligence* confirmara os papéis, os organismos pagadores, as transmissões e o *servicer*; quase nada reconstruía os laços entre dirigentes, antigos sócios, consultores, financiadores e famílias.

— Confirmaram boa parte do débito — disse eu. — Ficou por saber quem manteve essas firmas activas enquanto esperavam.

O Steven aproximou-se do ecrã.

— Agora chegaste à pergunta.

Uma empresa que aguarda meses por pagamentos continua a pagar salários, compras, transportes e impostos, portanto há quem sustente o intervalo, um banco, um sócio, um factor, um fornecedor paciente, qualquer fonte rastreável e quando esse rasto desaparece a cessão começa a meio do percurso, talvez por desleixo, talvez por uma solução doméstica que os registos não mostram, talvez por algo pior, mas ainda sem direito a acusação.

O Steven abriu uma tabela com quatro colunas, FACTO, FONTE, INFERÊNCIA, DECISÃO. Vi o mesmo consultor em três sociedades, duas sedes coincidentes durante certos meses, uma compra de direitos entre cedentes e um administrador que passara por duas firmas relacionadas.

— Estão ligados — disse eu.

O Steven arrastou a linha para a coluna INFERÊNCIA.

— Ainda não. Os dados mostram apenas coincidências.

— São quatro.

— Continuam a não provar uma ligação.

— Então é preciso mais elementos... que provem essa ligação. Já se percebeu que existem.

— Exacto.

A organização do Steven servia sobretudo para impedir o meu talento pouco recomendável, pegar em indícios dispersos, dar-lhes intenção e chamar descoberta ao resultado, vício excelente para quem escreve e caro para uma firma sujeita a perder financiamento por causa da formulação certa na coluna errada.

Entre os vendedores aparecia a Meridiana Forniture Integrate, nome que manterei fictício. Vendia alimentação, logística e serviços auxiliares a entes públicos, acumulava vários milhões vencidos e, apesar disso, os registos não mostravam dívida bancária proporcional, *factoring* anterior, entradas relevantes de capital ou processos compatíveis com um atraso daquela dimensão. Os salários saíam, os fornecedores recebiam, a actividade prosseguia.

— Quem financiou a empresa enquanto esperava pelos pagamentos? — perguntei.

— É essa a questão. Agora acertaste em cheio. Finalmente.

A firma podia ter obtido prazos excepcionais, adiantamentos de sócios, pagamentos selectivos ou apoio familiar. Cada hipótese continuava

possível. O facto verificável cabia numa linha: a necessidade de liquidez não trazia consigo uma fonte do mesmo tamanho.

— Já sabes de onde veio? — perguntou o Steven.

— Ainda não. Só sei que não consta dos documentos.

— Pois.

Da copa veio metal contra alvenaria, um murmúrio do Giorgio, água a correr por pouco tempo e o aperto de uma união. O Steven ampliou a peça intitulada *SOUTHERN COUNSEL REVIEW*.

Os termos vistos na véspera contra a luz pertenciam ao título interno de uma área do *data room*. Tratava-se de uma revisão jurídica limitada, preparada no sul de Itália, sobre cessões, notificações, poderes de representação e exigibilidade. O autor continuava oculto e as reservas eram claras: o parecer trabalhara com os elementos recebidos, não confirmara todos os beneficiários das fases anteriores, não certificara a proveniência dos fundos usados nas aquisições intermédias e não examinara laços pessoais nem poder exercido fora dos registos.

— Para que serviu? — perguntou o Steven.

— Para proteger a transacção.

— Isso mesmo. Mas quanto às cessões. Sobre quem controlava as empresas, nada, não dizia nada.

Nesse momento, o meu telemóvel mostrou um aviso da Samantha Rizzi, a *comercialista*, a contabilista italiana: a despesa da tubagem exigia a designação correcta, a descrição do serviço e autorização prévia da entidade titular. Fechei a mensagem irritado.

— Algum *stress*?

— Preciso de autorização para reparar um cano na casa que comprei.

— É o custo de não apareceres nos papéis.

— É protecção.

— Eu sei. É o que todos dizem quando lhes perguntam por que não aparecem.

A resposta irritou-me porque se applicava também ao que estávamos a investigar. A estrutura da casa podia limitar a minha liberdade e permanecer lícita; a cadeia de vendedores podia ter explicações igualmente legítimas. A semelhança nada provava. Retirava-me apenas o conforto de chamar suspeito nos outros àquilo que, na minha vida, apresentava como protecção.

O Giorgio apareceu à entrada e apontou para a nota.

— Então?

Tapei o microfone.

— Pago eu... em dinheiro. Sem factura. Consumidor final. Qualquer coisa.

— Só preciso do suficiente para adiantar materiais.

— Já tratamos disso.

Regressou à copa. Destapei o microfone. O Steven esperara sem fingir surdez.

— Pensei que já não andasses com dinheiro.

— Ouves bem, caramba.

— Estavas com o microfone mal tapado.

— Tenho de ter sempre algum guito para estas merdices.

O Steven encerrou a tabela e autorizou-me a levar o excerto do parecer e o memorando. O restante ficaria no equipamento. Contactar vendedores, procurar intervenientes ocultos ou falar com profissionais locais continuava fora do mandato.

— O mandante quer saber se comprou uma falha de origem?

— Quer saber o que comprou. Poupa-lhe a acusação até teres a descrição.

— Pode vender?

— Ainda estamos longe disso.

— Pode esperar?

— Por enquanto.

A ligação terminou. Guardei os papéis numa capa fina, avisei o Giorgio de que sairia a pé e desci para Cernóbio, por um percurso que continuarei a não identificar, embora duas inclinações me tenham encurtado o passo e o ar húmido já aquecesse. Caminhar dá ao corpo uma tarefa que não argumenta, utilidade rara depois de uma conversa com o Steven.

Passei por Villa Erba e cheguei a Piazza Risorgimento. Na Riva, o lago abria-se junto do embarcadouro, com assentos ocupados, passageiros à espera, lanchas a encostar e gente sem vínculo com a carteira financeira a continuar o dia, facto banal que uma investigação prolongada acaba por tratar como indisciplina do mundo. Mantive o dossiê fechado debaixo do braço.

O segundo equipamento tocou.

— Qual é a empresa mais importante? — perguntou o Steven.

Indiquei a que reunia o montante mais alto.

— Escolheste mal.

— Perguntaste pela maior.

— Perguntei pela mais importante. É a Meridiana.

Uma embarcação passou e desfez o reflexo das montanhas.

— O volume só mostra onde está o capital — continuou ele. — Ainda não sabemos quem sustentou a Meridiana.

— Quem consegue ler isso?

Enumerei um contabilista, um especialista em insolvências, um antigo administrador, uma instituição local, um fornecedor, qualquer pessoa capaz de reconhecer a figura por trás da firma sem confundir parentesco, cargo e influência.

— Preciso de quem leia a lei, os números e a família — disse o Steven, sabendo onde uma termina no registo e continua fora dele.

O nome ficou por dizer. Pediu-me que abrisse o dossiê e procurasse o rodapé do parecer. Sentei-me num assento mais afastado do embarcadouro e mantive a cópia encostada à capa. As faixas negras cobriam autor, escritório e endereço; uma terminava cedo demais e deixava visíveis certos algarismos de um contacto usado numa troca de versões.

O prefixo dizia pouco. Os últimos números disseram bastante.

Certos contactos ficam pela utilidade, outros porque houve uma época em que atendemos demasiadas chamadas daquela mulher. Reconheci a sequência, curta demais para provar uma identidade, capaz de mudar o modo como segurava a cópia.

— Há quanto tempo tens isto?

— O necessário.

— Sabes de quem é?

O Steven demorou um instante.

— Conheço o trabalho.

Escolhera mostrar-me uma ocultação imperfeita e esperara que eu estivesse fora de casa para perguntar quem poderia ler a ausência, talvez desejando que chegasse sozinho ao destino, talvez observando a resistência. Com o Steven, cada hipótese sobre a intenção exigia sempre outra fonte.

— Por que não contactas directamente?

— Primeiro preciso de saber o que lhe vais contar.

— Queres usar a minha relação para obter uma leitura profissional.

— Quero saber se o que ela vir muda a decisão do mandante. A relação fica contigo.

— Passou a ser assunto meu quando mandaste isto.

— Já era. Eu encontrei o contacto no processo.

Fiquei a olhar para os algarismos. Havia o desejo legítimo de proteger uma mulher que não escolhera aquela investigação e havia também, convém que quem lê não me permita arrumar tudo na primeira gaveta, o incómodo de descobrir que o Steven possuía com ela uma ligação de

trabalho que não passava por mim, como se a autonomia alheia fosse excelente enquanto não fechasse uma porta à qual eu julgava conservar acesso.

— Até quando?

— Amanhã.

— O subscritor consegue esperar?

— Consegue.

O Steven desligou. Permaneci ali enquanto a carreira lacustre embarcava passageiros e partia, guardei o dossiê, tirei o telemóvel pessoal e abri a agenda.

O contacto estava lá.

Ainda não direi quem era. Quem lê poderá chamar-lhe suspense barato e acertará parcialmente, mas naquele instante, com o dedo suspenso sobre o nome, ela continuava fora desta narrativa; certas figuras só entram num livro quando o escritor decide usá-las, poder pouco inocente que a literatura exerce com uma naturalidade que os utilizados raramente perdoam.

Afastei o dedo. O ecrã apagou-se, deixando o lago no vidro.

3

O nome debaixo da tinta

Lago di Como, Cernóbio e Como

O estalido veio da alvenaria, seco, curto e por um segundo o Giorgio ainda tentou apertar a união, inclinado sob o lava-loiça, mas a peça saltou-lhe da mão e o jacto bateu nos armários, atravessou o chão e chegou aos meus sapatos com a rapidez da água quando encontra uma casa conveniente de que está protegida.

— Feche a torneira geral — gritou ele.

Afastei os impressos do Steven, peguei no terminal e fui ao armário técnico, onde rodei a primeira válvula ao alcance. Lá fora, o sistema de rega calou-se.

— A vermelha. Depressa.

Rodei-a. O jacto enfraqueceu, caiu sobre o móvel baixo e deixou uma poça a avançar pelo pavimento, enquanto o Giorgio praguejava em italiano e procurava toalhas. Salvei primeiro as peças da investigação, depois o correio, só então o estojo dele, ordem que não me honra e que, justamente por isso, convém conservar.

O parecer ficou no extremo seco da mesa. Duas cartas colaram-se pelas pontas. O Giorgio viu-me pousar o telemóvel por cima delas.

— Vai precisar disso?

— Talvez.

— Então tire-os daqui.

Trouxe toalhas, abriu as portas dos armários e começou a desmontar a união partida. Ajudei-o com o saco. O gesto chegou depois e ele teve a bondade prática de não o comentar.

— Hoje não acabo.

— O que falta?

— Secar isto, trocar a peça, talvez abrir mais.

— Tenho *pasta* no frigorífico.

O Giorgio olhou para o fogão, depois para a água no chão.

— Hoje, esqueça.

A *pasta* da véspera ficou no frio. Uma habitação pode ter várias camadas societárias por cima, pareceres, seguros, gestores e técnicos pagos para saber quem autoriza o quê, mas o almoço continua dependente de uma

junta barata e de um técnico que tenha trazido a peça certa, condição doméstica que os organigramas omitem por falta de espaço e talvez por vergonha.

Telefonei à contabilista, que me explicou, com aquela calma de quem sabe onde estão as poças e tem a certeza de não pôr nelas os pés, que o imóvel estava em nome de uma sociedade italiana, cujas quotas pertenciam a uma sociedade estrangeira e que eu figurava como beneficiário e utilizador autorizado, titular de um direito de uso e habitação, impenhorável, acrescentou ela, como se esta última palavra bastasse para conferir ao assunto a autoridade de um tribunal, depois informou-me de que uma intervenção urgente podia ser paga por mim, embora o reembolso ficasse sujeito a apreciação e de que obras maiores exigiam fotografias, orçamentos e autorização prévia, um absurdo, pensei eu, ter de fazer aquela merda toda para recuperar despesas que, no fim, seriam pagas por uma sociedade de que eu era o beneficiário último, o dinheiro saía do meu bolso, dava uma volta por duas sociedades, atravessava fronteiras, recebia carimbos e saía ao mesmo bolso, um pouco mais documentado e bem mais caro.

— Há perigo para o imóvel? — perguntei.

— Há água onde ficam os pratos.

— Preciso de saber se existe dano estrutural.

— A água é capaz de chegar ao chão da sala.

Olhei para o Giorgio, de joelhos, com metade do braço sob o lava-loiça.

— Giorgio, achas que isto pode afectar a casa?

Ele tirou a cabeça e passou a mão pela testa.

— Ainda não sei. O reboco está molhado. Pior são as madeiras. Tenho de abrir mais.

Disse à Samantha o que o Giorgio dissera e acrescentei, olha, se o valor for pequeno pago eu e fazemos de conta que não aconteceu, se for maior terá de sair da conta da sociedade, ponto final, desde que haja facturas, respondeu a contabilista, das obras, dos materiais, de tudo, porque sem facturas ainda é pior e acabamos na Guardia di Finanza, conversa que eu não desejava ter e que, provavelmente, a Guardia di Finanza desejaria ter por ambos.

O leitor permitirá que as pequenas questões fiscais, a conta da sociedade proprietária e a denominação da *holding* estrangeira sejam afastadas destas páginas, porque uma personagem pode trocar de nome, uma casa pode mudar de localização e até uma relação pode ser submetida aos benefícios da ficção, mas uma factura conserva datas, valores, moradas e pessoas pagas para as comparar e há romances que descambam por causa

de um amor mal resolvido, outros, por estupidez, quando alguém decidiu explicar demais ao fisco.

Enquanto o Giorgio abria o reboco, o Steven escreveu: Harry's Bar. Uma hora.

Respondi: A casa está sem água.

Veio de volta: Daqui a uma hora.

O encontro ficou marcado. Perguntei-lhe se chegara de Milão. Ignorou a pergunta, o que podia significar tudo e quase sempre significava apenas que o Steven não considerava útil responder.

— Tenho de sair — disse ao Giorgio.

— Vai demorar?

— Cerca de uma hora.

— Eu continuo aqui.

Mudei a camisa, meti os impressos numa capa sem marca e desci de bicicleta. A corrente roçou nas calças perto da praça e deixou uma marca escura no tornozelo. Prendi-a junto ao Harry's Bar, entre gente que tomava café, esperava pela carreira lacustre ou falava de assuntos sem nexo com aquilo que eu trazia debaixo do braço, privilégio corrente que as investigações acabam por nos fazer invejar.

O Steven optara por uma mesa lateral, com a entrada e um pedaço da praça à vista. Tinha um *tablet*, uma capa estreita e dois *prints* de alguma coisa. Quando me sentei, olhou para a nódoa nas calças.

— Vieste de bicicleta?

— Vim.

— Tens a corrente marcada nas calças.

— Já vi.

Pedi água gaseificada e um *espresso*. O empregado afastou-se, o Steven pôs na mesa o exemplar coberto por faixas negras e, ao lado, outro *print*. Passou o dedo pela zona até então escondida.

ILARIA.

Li o nome uma vez e voltei a lê-lo, como se a repetição pudesse mudar a tinta. Pousei a mão sobre a linha. O gesto bastou.

— Conheces? — perguntou o Steven.

— Conheço. Sabes bem que conheço.

Quem lê ainda não sabe como a Ilaria conduzia, a cor dos olhos ou a maneira como a falta de paciência ou o cansaço, o que nela nunca se saberá ao certo, lhe encurtava as falas. Esses pormenores chegarão quando fizerem efeito; oferecê-los já seria reduzi-la a uma fotografia e a Ilaria, mesmo quando eu a reduzi por conveniência, nunca coube numa.

— Recebeste isto assim? — perguntei.

— Sim.

— Que há nesta?

— Pedi sem a ocultação.

— A quem?

O Steven encolheu um ombro.

— A uma fonte.

Aquilo era quanto me daria. Apontei para o nome.

— Foi ela que assinou o parecer?

— A assinatura é de outro gabinete. Lê.

A opinião final fora emitida por outro gabinete. A Ilaria aparecia porque uma das partes entregara peças ligadas a uma aquisição e a um procedimento concursal; ela representara um interveniente, confirmara originais, reconstituíra a transmissão dos títulos e delimitara o que podia ser afirmado. A matéria técnica cabia nisso. O ponto útil estava em terem retirado da redacção final uma cautela dela.

O Steven mostrou-me a nota de circulação restrita.

“A titularidade documental não permite concluir, por si só, quem conserva o controlo económico ou familiar.”

— Isto ficou? — perguntei.

— Ficou uma reserva mais vaga.

Confrontei os dois textos. A reserva sobrevivente declarava que o gabinete não examinara poderes exercidos fora dos dados oficiais; desaparecera a indicação de que havia, naquele caso concreto, um problema entre o nome no título e a vontade que continuava a impor escolhas.

— Ela vive em Salerno — disse o Steven.

— Sei.

— Trabalha sobretudo em Nápoles.

— Sei.

— Então poupa-me o currículo.

Eu sabia ler os silêncios da Ilaria, os momentos em que adiava o que diria para não ferir por impulso, talvez para escolher melhor onde ferir; o Steven dominava aquilo que ela conseguia descobrir ao ler uma insolvência e laços de sangue na mesma mesa. A minha intimidade não anulava o saber dele, mas recebeu-a como ameaça e chamei prudência ao ciúme porque costumamos baptizar aquilo que nos envergonha.

— Por que precisas dela?

— Já trabalhou em processos com empresários, familiares, ex-cônjuges e bens atribuídos a titulares distintos. Sabe separar um acusado de um parente e o dono formal de quem manda.

— Queres uma advogada habituada à máfia.

O Steven pousou a chávena e ficou a olhar para mim.

— Quero uma advogada.

— Percebo.

— Só isso, uma advogada experiente, de confiança no sul de Itália. Ponto. Mais nada.

A extensão da resposta do Steven dizia tudo. Eu usara o rótulo para o obrigar a revelar quanto sabia sobre ela, expediente mesquinho, embora eficaz e por isso mesmo perigoso, pois há truques que se tornam mais fáceis depois de resultarem uma vez.

— Já trabalhaste com a Ilaria.

— Já. Porque perguntas? Sabes bem que sim.

— Não era pergunta. Quando?

— Há uns anos. Um caso familiar. Dela.

Esperou. Depois pediu mais.

— O que se passava?

— Havia sócios no registo, um director externo, parentes sem cargo e um credor que aparecia em todas as decisões. Ela leu as cauções, os casamentos e as mudanças na gerência. Foi isso.

— Encontrou quem mandava?

— Percebeu quem conseguia travar tudo.

Aquilo aproximava-se demasiado das falas perfeitas que o Steven gostava de oferecer quando queria encerrar um tema, mas desta vez havia sob a elegância um facto concreto: a Ilaria ligara dívidas, familiares, contratos e assinaturas até ver quem podia obrigar o outro a ficar. A lista de participações dizia a verdade e, ainda assim, explicava pouco.

— Dormiste com ela? — perguntei.

O Steven afastou a chávena.

— Estás a falar a sério?

— Estou.

— Nunca. Não sou como tu.

A frase acertou onde tinha de acertar, não tanto porque me acusasse, acusações já eu conhecia suficientes para não me surpreender com mais uma, mas porque o Steven me conhecia o bastante para escolher, entre todas, aquela que eu não conseguiria devolver-lhe e foi então que percebi, pela forma como afastara a chávena e não pela resposta, que o tinha incomodado, talvez menos com a pergunta do que com a facilidade com que eu o arrastara para uma suspeita que era apenas minha, podia ter-lhe perguntado o que queria dizer, claro, embora ambos soubéssemos que a pergunta serviria apenas para adiar uma resposta já dada, por isso calei-me e bebi o café, já morno, poupando-nos à pequena indecência de fingirmos

que ainda havia alguma coisa por esclarecer. A pergunta nascera do ciúme e não ganhou mais por eu a reconhecer depressa; apenas deixou de poder esconder-se no mandato. Eu aceitava que a Ilaria possuísse vida própria, desde que essa vida não surgisse à minha frente associada ao Steven por uma via que eu desconhecia, contradição bastante comum para dispensar teoria e bastante feia para merecer silêncio.

O Steven abriu no *tablet* o esquema vertical da operação e apagou as linhas que desciam do topo. Ligou depois parentes, negócios, cauções, consultores, fornecimentos e tribunais, formando uma rede mais confusa. Explicou o essencial: os grupos criminosos do sul não obedeciam todos a uma pirâmide única; havia famílias, alianças, negócios lícitos, actividades violentas, empregados e intermediários e certos agentes beneficiavam da reputação de terceiros sem ordens diárias.

— Começa por quem pagou, quem decidiu e quem podia recusar — disse ele. — A organização vem depois, se vier.

Deslocou o ecrã para uma contraparte do sul. Um cedente no percurso adquirira posições provenientes de outra envolvida num caso da província de Salerno. As rubricas falavam de restauração, alojamento, alimentação e eventos. O lago desapareceu por momentos; vi o restaurante, o *albergo* herdado do pai da Ilaria, o Giulio em divórcio, o suposto agiota, a falência e a irmã afastada justamente quando podia ter impedido o plano.

— A Ilaria contou-me um caso parecido.

— O quê, ao certo?

A pergunta do Steven cortou o impulso de lhe dar um relato já arrumado.

— O Giulio, irmão dela, recusou a ajuda. A Ilaria tentou ajudar e ele não quis. Depois da falência, as actividades continuaram com vozes muito semelhantes. Ou seja, tudo na mesma, como se não houvesse nada.

— Mais?

— Os bens mudaram de mãos. A exploração, pouco.

Eu recordava aquilo; faltava prová-lo. O Steven deixou essa distinção onde estava.

— Um credor hostil faria o quê?

— Tentava cobrar. Executava garantias, afastava o devedor, vendia o que pudesse. Apertava com o administrador de insolvência, o *curatore*.

— Aconteceu?

— Nada. O Giulio continuou a gerir tudo, não formalmente, obviamente, mas por trás.

O credor descrito como agiota aceitara que o devedor continuasse a gerir e que a actividade permanecesse na órbita dos seus. Podia ter querido